

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*
BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*
MAURO GUIMARÃES — *Diretor*
FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*
MARCOS SÁ CORREA — *Editor*
FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Centro de Gravidade

O presidente Sarney não conteve as lágrimas quando entendeu chegada a hora de despedir-se da política e dedicar-se à administração para o resto do governo. A política é inseparável do exercício dos poderes presidenciais. O presidente não fez uma opção, mas um exercício de retórica.

Vejamos: ou o parlamentarismo entrará em vigor, previsivelmente em março, ou então ficará para o futuro governo. Nesse caso, um ano, a contar de março, não deixa ao presidente tempo para realizar o que não conseguiu em três. Além do mais, o déficit público excede a cada exercício a sua projeção oficial, e tira do governo as últimas possibilidades de deixar obras marcantes.

Governos, em tempos de crise, só conseguem ficar na história mediante grandes exemplos: não há exemplo mais convincente do que a austeridade. Quem não tem recursos para obras, deve cortar — e fundo — nas despesas supérfluas. Mas é preciso ter coragem ou convicção política. O governo Sarney não cortou despesas e não terá obras a apresentar.

O presidente está querendo se iludir quando fala em começar obras no final de governo, como alternativa para uma desilusão política que o acometeu. A redução do mandato presidencial foi um julgamento político que tanto o atingiu quanto teve em mira o sistema presidencialista de governo. A grande crise vem sendo a do presidencialismo: a do governo Sarney exprime incapacidade de superar as contingências com determinação e coragem.

Há um desempenho que a opinião pública considera um teste para este final de governo que, não levando em conta a transição como seu compromisso histórico, não disse a que veio: é a capacidade de identificar o centro de gravidade social, para nele se fixar e estabilizar-se com instinto representativo. O governo Sarney perseguiu obstinadamente a popularidade, e não a representatividade.

O reconhecimento público vem com o tempo, depois que a distância permite alguma isenção de julgamento. Ou seja, quando os dados objetivos pesam mais do que a vontade dos que julgam. Antes que a história aprecie os fatos históricos e julgue os governantes, porém, os homens o fazem com os elementos de que dispõem. A precariedade dessa avaliação leva os governantes a quererem abreviar prazos, mediante a oferta de benefícios irrealizáveis ou de resultados que não são garantidos em obras de governo. Não se compra, porém, o conceito histórico.

A Constituinte, na fase da sistematização do anteprojeto, optou pelo mandato quadrienal, e pelo sistema parlamentar de governo. Nos dois casos, o presidente Sarney melindrou-se com a decisão política. Reagiu pessoalmente, e empenhou o governo. Mas a tendência apurada na votação preliminar refletiu a mesma vontade popular que se apresentou antes na campanha das diretas e que antecipou para 1988 a sucessão presidencial. O presidente, como vice na chapa de Tancredo Neves, foi beneficiário da outra demonstração com o mesmo teor cívico: o consenso que bafejou a vitória — apesar de inícueta a eleição — da Aliança Democrática no colégio eleitoral.

Antes de apresentar o texto final do anteprojeto, a Comissão de Sistematização da Constituinte gerou, do ponto de vista social, o mais importante fenômeno político que se produziu espontaneamente neste país ao longo de muitos anos. Pela maneira como apareceu e se constituiu, o centro que reuniu a maioria dos constituintes desloca as previsões pessimistas em torno da futura Constituição.

O que faltou à Constituinte, em seu funcionamento espontâneo, foi um centro de gravidade que a estabilizasse como expressão da maioria. A partir do momento que a maioria dispersa se sentiu ameaçada, começou

a se reunir instintivamente. Juntos, os constituintes sentiram a força de que poderiam dispor para conjurar os perigos. Essa maioria, no entanto, para se organizar acima das divergências políticas e partidárias que reparam a representação, precisaria identificar o que houvesse em comum a todas as tendências.

O instinto de sobrevivência política falou mais alto diante dos perigos plantados por uma visão utópica no texto da futura constituição: meia dúzia de providências irrealizáveis ornamentaram socialmente mas inviabilizaram economicamente a sua aplicação. São iniciativas a que a sombra da inflação e o temor da recessão atribuem um poder mágico que não existe: a única estabilidade de emprego é a oferecida pela prosperidade econômica. A oferta de bem-estar social na antevéspera da crise joga perigosamente com os sentimentos humanos, pois sem a definição de meios legítimos e aptos não há como garantir nada. O exercício de dívidas como fontes de recursos tem um limite além do qual todo trabalho se torna improdutivo.

Mais do que as medidas, prevaleceu um estado equivocado de espírito: o traço mais forte da constituinte de 87 foi o que o professor Miguel Reale definiu como "totalitarismo normativo", que vem a ser o equívoco de tentar resolver todas as questões no nível das normas constitucionais. O outro lado dessa ilusão é a desconfiança demonstrada na capacidade do legislador ordinário para dar seqüência às normas gerais da Constituição. Daí à prática do casuismo — pelo professor Reale declarado "o pior inimigo das constituições duradouras" — foi um passo. A grande ilusão com o Estado, no qual os constituintes puseram as suas melhores esperanças, está na mesma linha de enganos reparáveis. Para corrigir os enganos, nasceu o *centrão*. Sem a existência da sociedade, o Estado não tem razão de ser. Atribuir ao Estado peso maior do que a sociedade; na divisão de responsabilidades, é fazer pouco da democracia e negligenciar o valor da liberdade nas ações sociais.

Todos esses aspectos agiram livremente sobre os constituintes, em toda a fase preliminar que culminou na sistematização dos trabalhos transcorridos de forma espontânea. E geraram, na parcela mais numerosa, o sentimento de distância em relação à sociedade, medido pelo excessivo grau de estatização, monopólios, reserva de mercado e tudo que restringe a liberdade de iniciativa dos cidadãos, para aumentar uma confiança que o Estado não merece.

Não é por outro motivo que o *centro* da Constituinte se formou sob uma enorme expectativa social e política, acima das delimitações partidárias, num plano político superior que absorveu a idéia da continuidade democrática e constitucional. Não pode satisfazer aos brasileiros a mudança de constituição a cada geração.

Centro político, centro de gravidade social: o compromisso com a liberdade e com a economia de mercado balisam, portanto, o aparecimento do centrão, que nasceu majoritário. O ímpeto da sua criação foi um sinal de que o Brasil cabe na democracia e excede a todas as limitações de regimes políticos autoritários.

Ficou claro o significado do *centrão*: não pende à esquerda e nem à direita. A força de gravidade social o localiza como um poder corretivo de excessos. Vão cair todos os apêndices de conceitos radicais e irrealis que sobrecarregam a Constituição. Tudo que garante essa unidade é a visão da liberdade na economia. Qualquer pretensão de utilizá-lo em proveito político, pessoal ou partidário, o desagregará.

A redução do mandato presidencial e o aparecimento do *centrão* são decorrência do mesmo processo. Na medida que o governo saiba tirar as corretas conclusões dessa ocorrência política — tão importante quanto foi o consenso — poderá auferir os proveitos de uma aliança para administrar o tempo que lhe resta, sem deixar de fazer política. Afinal, política ainda é a arte do possível.